



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SOBRE FOGGARAS NO DESERTO: OS GARAMANTES NA HISTÓRIA NATURAL
DE PLÍNIO, O VELHO (SÉC. I d.C.) E A CONSTRUÇÃO DA ÁFRICA
ROMANIZADA

WILLAMS CLARK GONÇALVES DE ARAÚJO

Recife
2025

WILLAMS CLARK GONÇALVES DE ARAÚJO

**SOBRE FOGGARAS NO DESERTO: OS GARAMANTES NA HISTÓRIA NATURAL
DE PLÍNIO, O VELHO (SÉC. I d.C.) E A CONSTRUÇÃO DA ÁFRICA
ROMANIZADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Uiran Gebara da Silva

Recife
2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

WILLAMS CLARK GONÇALVES DE ARAÚJO

SOBRE FOGGARAS NO DESERTO: OS GARAMANTES NA HISTÓRIA NATURAL DE PLÍNIO, O VELHO (SÉC. I d.C.) E A CONSTRUÇÃO DA ÁFRICA ROMANIZADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Prof. Dr. Uiran Gebara da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

Prof. Dr. Thiago Eustáquio Araújo Mota
Universidade de Pernambuco
Departamento de História

Profa. Dra. Fabiana de Fátima Bruce da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

Recife, 21 de Julho de 2025

AGRADECIMENTOS

Deixo os seguintes agradecimentos aos que, nos últimos seis anos de minha vida, foram o alicerce de minha caminhada, e este trabalho final como lembrete, aos que assim como eu vieram de lugar algum, que eles também hão de encontrar onde pertencer.

Primeiramente, agradeço a todo o apoio, carinho e dedicação de minha família materna: às minhas tias Aldenice, Adilanne e Amanda, bem como meus primos Alícia, Alexandre, Arthur e Bernardo. Agradeço principalmente aos dois amores de minha vida, dona Adriana e dona Maria do Socorro, pelo imensurável amor e a crença constante de que posso fazer coisas grandes. Vocês todos são a minha vida.

Em segundo lugar, ao meu pai Valdeson, por sempre estender a mão nos momentos que estive em apuros e pelas sábias palavras nos momentos derradeiros.

Ao departamento de História da UFRPE, com menção honrosa aos professores Aurélio Brito, Bruno Boto, Lúcia Falcão, Jeannie Menezes e Mariana Dantas, pelo carinho e contribuições ao longo da jornada acadêmica com suas indicações de leituras, instrumentos metodológicos, debates e perspectivas de nosso campo.

Aos professores Thiago Eustáquio e Fabiana Bruce, membros da comissão avaliadora deste trabalho, por seus elogios, apontamentos e críticas. Foi uma honra enorme apresentar o resultado final desses anos de pesquisa a colegas que o receberam com tamanha disposição e admiração.

A Uiran Gebara da Silva, de quem fui ‘eterno’ orientando nessa graduação, por sua parceria e amizade ao longo desses anos. Sob sua orientação, amadureci como estudante, pesquisador e professor de História. E claro, aos que dividiram as ‘trincheiras’ da História Antiga ao meu lado, deixo minha gratidão aos colegas do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre a Antiguidade, nosso precioso LEIA, feito e tocado por mãos tão competentes quanto talentosas. Jamais vou esquecer quando finalmente o tornamos oficial.

A Luana Stephanny (*in memoriam*), apaixonada pelo ofício de professor e que, pelos poucos momentos que dividimos juntos, me contagiou com a mesma paixão. Gostaria que tivéssemos chegado até aqui juntos.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco pelos anos de financiamento no Programa de Iniciação Científica. O apoio financeiro ao longo desta jornada foi fundamental para permanência na universidade e para materialização deste trabalho.

Além disso, é claro, devo minha gratidão aos caros amigos do Museu do Estado de Pernambuco, pelos quais tenho grande admiração: Adilson, Ana Carolina, Beatriz, Humberto, Luciana, Maíra, Maria Clara, Mario, Raul e Rayssa. E também estendo meus agradecimentos àqueles que, conhecidos em outras circunstâncias, tenho no coração um carinho enorme: Aghata, Ailina, Ailton, Alice, Anne, Caroline, Júlia, Larissa, Lucas, Luana, Márcio e Miguel.

Ao meu caro Walter, grande amigo e professor, que se disponibilizou a revisar os últimos detalhes deste trabalho. Foi sua forma de apresentar-me à ciência histórica, ainda no pré-vestibular em 2018, que me fez cair nas graças da licenciatura.

Aos amigos que certo hobby me deu e firmou – que talvez envolva dados, calabouços e dragões –, obrigado por dividirem comigo a escrita de tantas histórias fantásticas e memoráveis: Kaynã (aqui tenho a obrigação de quebrar com a ordem alfabética), Eduardo, Kleber e Matheus.

Por fim, deixo aqui destacada minha gratidão aos que me acompanharam na jornada da graduação desde o início. Ao meu grupo de amigos – cujo título certamente não é adequado de constar nesse documento –, os quais espero levar comigo até o fim de meus dias. Foi um privilégio estar ao lado de todos durante esses anos: Anthony, Caio, Cassiano, Everton, Gabriel Pedro, Henrique, Igor, João, Karen, Letícia, Samahra e Sara. Nossas risadas tornaram o caminho mais fácil, nossas histórias são muitas e, com sorte, escreveremos mais delas.

“Até onde podes me carregar?” disse eu a Gwaihir.
‘Muitas léguas’, respondeu ele, ‘mas não aos
confins da terra. Fui enviado para levar notícias,
não fardos”.

J.R.R. Tolkien, *A Sociedade do Anel*

Sobre Foggaras no Deserto: Os Garamantes na História Natural de Plínio, o Velho (séc. I d.C.) e a Construção da África Romanizada

Willams Clark Gonçalves de Araújo
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife – Pernambuco – Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar as dinâmicas de produção e reprodução de identidades no Norte da África antiga presentes no livro V da obra *História Natural* de Plínio, o Velho (séc. I d.C.), bem como suas reverberações na produção historiográfica dos séculos XIX e XX, tendo como recorte os Garamantes do Fazzan. Considerando os diferentes contextos sócio específicos de produção e suas óticas coloniais distintas, o texto analisa o *locus* literário comum a um corpo historiográfico que reitera lógicas de dominação e destitui a agência de grupos autóctones. Corpo este que não encontra lastro na materialidade quando confrontado com as contribuições arqueológicas da passagem do século XX ao XXI e quando questionado das pretensas origens romanas da cultura material de uma África romanizada.

Palavras-chave

África Romana, Agência, Garamantes, História Antiga, Plínio o Velho

Abstract

This article has as its main goal to examine the production and reproduction dynamics of identities on ancient North Africa present in the fifth volume of Pliny the Elder's *Natural History* (1st century A.D.), as well as its repercussions on historiographic production of the 19th and 20th centuries, with Fazzan's Garamantes as emphasis. Considering the diverse socio-specific contexts of production and its distinct colonial optics, the text analyzes the common literary *locus* of a historiographic body that reaffirms domination logics and destitutes agency of autochthonous groups. Such a body does not support itself against materiality when it faces the archaeological contributions of the 20th to 21st centuries and is questioned about the pretentious Roman origins of a Romanized Africa's material culture.

Keywords

Roman Africa, Agency, Garamantes, Ancient History, Pliny the Elder

Introdução

Na história da historiografia dedicada ao Norte da África antiga, o Saara nos é apresentado frequentemente como o lar de feras, monstros e barbáries. Trata-se da verdadeira síntese de um mundo sob a ótica de paradigmas civilizatórios. Esse tema comum à produção historiográfica, como nos aponta Katia Schörle (2012, p. 58), não se caracteriza como produto somente das dinâmicas de dominação do empreendimento imperialista do séc. XIX associadas à produção historiográfica, mas encontra suas raízes em uma tradição literária latina que obedece um paradigma retórico específico. O *locus* herodotiano, como afirma Belchior Lima Neto, está relacionado à primeira delimitação espacial da África por Heródoto, cuja percepção apontava para um aumento gradativo da belicosidade, da barbárie e da incivilidade à medida que se aproximava do deserto meridional norte africano e afastava-se da costa Mediterrânica (2019, p. 90). Na mesma linha deste *locus*, também são da autoria de Heródoto as primeiras menções aos Garamantes e sua presença no Norte da África, apresentados primeiramente como habitantes de uma região de feras e que “[...] evitam a visão e a comunhão dos homens, e não têm armas de guerra e nem sabem se defender” (*The Persian Wars*, IV, 174). Tais ideias foram reproduzidas, na antiguidade, nos trabalhos de autores como Tácito, Estrabão, Cláudio Ptolomeu, Apuleio e Plínio, o Velho. Posteriormente, no entanto, Heródoto nos oferece uma visão diferente, conferindo-os a imagem de uma grande organização beligerante (IV, 183-184), ideia reforçada posteriormente na obra de Plínio, a *História Natural*, a qual analisaremos neste artigo – mais precisamente, o livro V da obra.

Diante desses pressupostos, cabe aqui discorrer acerca da biografia de Plínio, o Velho, e como sua obra apresenta – a partir de um contexto sócio específico de produção literária e da apropriação de um projeto político iconográfico – uma noção de identidade romana fundamentada no resgate de valores tradicionais e na dedicação à Roma e à Itália, exemplos de *civitas* e centros do Império Romano (DENCH, 2005; TEIXEIRA, 2011, 2012). Tendo como eixo conceitual a agência humana, como proposta por Thompson¹, nossa análise partirá das descrições de Plínio acerca dos grupos autóctones do norte da África, sob a compreensão que sua narrativa reproduz imagens estigmatizadas de alteridade segundo o *locus* literário correspondente. Em seguida, devemos refletir as influências dessa produção na historiografia europeia dos séculos XIX e XX dedicada à escrita da história da África romana, bem como confrontá-la com as contribuições recentes do campo da África Antiga e os resultados das

¹ Isto é, a capacidade dos indivíduos de interferir diretamente no processo histórico e transformar suas condições de existência, ainda que situados em estruturas sociais opressivas (1981 [1979], pp. 101-102).

escavações realizadas na região do Fazzan, entre os anos 1997 e 2001, que revelam a existência de sociedades complexas – a saber, a dos Garamantes – e a sua relevância para o quadro geral da história do Norte da África antiga (LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2000, 2004).

Plínio, o Velho e a História Natural

Nascido em Como, localizada na região norte da Itália, na Gália Transpadana, Gaius Plinius Secundus, ou Plínio, o Velho (c. 23-79 d.C.), começou sua carreira oficial aos 23 anos, servindo na Germânia e, eventualmente, ascendendo ao comando de um esquadrão de cavalaria, retornando à Roma anos depois e iniciando seus estudos em direito². Plínio foi membro da ordem equestre e viveu em retiro durante a maior parte do principado de Nero (54-68 d.C.), tendo testemunhado e vivido anteriormente sob os governos dos césares Júlio-claudianos Tibério (14–37 d.C.), Calígula (37-41 d.C.) e Cláudio (41-54 d.C.). Seu retorno à vida pública se deu próximo ao fim do governo de Nero, se tornando procurador na Hispânia, posto no qual permaneceu até após a morte do último Júlio-cláudio, quando o Império enfrentou uma crise de anarquia militar e de guerra civil com a eliminação de três imperadores (Galba, Oto e Vitélio) até a ascensão de Vespasiano ao poder (69-79 d.C.). Após esse evento, Plínio retorna à Roma e se junta ao círculo íntimo do imperador – este que já lhe era conhecido desde que ambos serviram no fronte da Germânia (TEIXEIRA, 2012).

Os primeiros trabalhos escritos por Plínio eram relacionados a assuntos sugeridos por suas experiências profissionais e, segundo seu sobrinho Plínio, o Jovem (61-114 d.C.)³, são um total de sete – incluindo seu último e mais robusto trabalho, a *História Natural*, única obra sobrevivente de Plínio, o Velho, dedicada a Tito (79-81 d.C.), sucessor de Vespasiano e segundo na dinastia dos césares Flavianos. Produzida entre 49-77 d.C., na conjuntura política do Império Romano sob o governo de Vespasiano, a *História Natural* (*Naturalis Historia*) se constitui como uma obra com a pretensão de descrever a totalidade do mundo natural e cultural conhecido pelo Império Romano do século I d.C., reunindo conhecimentos de autoridades internas (romanas) e externas (gregas) segundo critérios de utilidade diante dos recursos exploráveis à disposição do poder imperial. A obra conta com um total de 37

² Informações acerca da vida e obra de Plínio, o Velho, foram retiradas da introdução do primeiro volume da edição da *História Natural* publicada pela Loeb Classical Library, de 1938.

³ Gaius Plinius Caecilius Secundus ou Plínio, o Jovem, era sobrinho de Plínio, o Velho. Sua obra é responsável por nos fornecer boa parte das informações acerca da biografia de Plínio, através de suas correspondências. A edição da *Epistulae* de Plínio, o Jovem, utilizada aqui é a publicada pela Loeb Classical Library, intitulada *Pliny the Younger Letters, volume 1: Books 1-7*, de 1969.

volumes com uma profusão de temas organizados, que se entrecruzam de maneira recorrente ao longo de sua totalidade, dentre os quais Ivana Lopes Teixeira localiza a descrição da geografia do império entre os livros 3 ao 6 (2012, p. 12).

Uma dificuldade evidenciada por Teixeira acerca dos debates em torno da *História Natural* é a de classificá-la entre os demais textos produzidos na Antiguidade, fato que levou a diferentes leituras da obra do autor romano – incluindo uma leitura particular da obra enquanto enciclopédia que, posteriormente, influenciou na análise de outras produções latinas durante o século XX (2012, p. 10). Esses desvios, segundo Teixeira, se dão pela perda de referências linguísticas latinas, o que levou a leituras posteriores e equivocadas a partir do título do trabalho de Plínio, o Velho, que consequentemente levaram a crer que a *História Natural* seria uma História da *physis*⁴, quando na realidade o adjetivo *naturalis* detém o sentido de natureza das coisas ou daquilo que é cotidiano, ao invés de referir-se à natureza propriamente dita⁵ (2012, p.10). Essa característica em particular a coloca no enquadramento das ‘Histórias menores’ da Antiguidade; isto é, coleções eruditas de aspectos da vida social, diferentemente das ‘Histórias maiores’ – aquelas voltadas a narrar o passado político. A obra combina a história do habitual da vida com história política contemporânea, descrições de aspectos culturais, geografia, artes ou técnicas e aspectos políticos do Império no séc. I d.C. (TEIXEIRA, 2011, 2012).

Alinhada aos avanços conduzidos pelos estudos acerca das produção de identidades no mundo Mediterrâneo, Teixeira concebe a obra de Plínio como um ‘projeto’ político-pedagógico (2012, p. 19). Este articula, através de sua retórica persuasiva e de gênero epidítico (mais ou menos, grande ou pequeno), uma noção de romanidade como identidade supra étnica, fundamentada no resgate dos valores tradicionais romanos (*mos maiorum*) e do serviço público do povo romano à cidade de Roma, servindo a um programa iconográfico de poder imperial crescente, alicerçado na incorporação da estatutária grega “clássica”⁶, nas construções públicas e na *auctoritas* (conhecimento de quem faz/como faz) do imperador. Nesse sentido, quando propõe uma nova configuração e imagem para o centro do Império sob

⁴ Segundo dicionário: *Physis*, is, s. ap, f. (do grego) ANTHOL. A natureza. § PLIN. J. Certa pedra preciosa.” (SARAIVA, 1993: 897).

⁵ “*Naturalis*, e, adj. (de natura). CIC. NEP. Feito ou dado pela natureza, conforme a natureza, inato, natural. *Naturale est arbores esurire...* PLIN. É natural que as árvores definhem... *Naturales dies*. CENSOR. Dia natural (por oposição ao civil). – mors. PLIN. Morte natural. – ratio. CAJ. Senso comum. § CIC. Natural, relativo à natureza. *Naturalis historia libri*. PLIN. Obra de história natural. – sapientia. QUINT. As sciencias naturaes, i.é, a physica. § Natural (ter. jurid.). *Naturalis pater*. CIC. Pai natural, ou próprio (por oposição a adotivo). – filius. SUET. Filho natural, i. é, não adotivo. – pater, filius. ULP. Pai, filho natural, i. é, não legítimo. § LACT. Real, verdadeiro, positivo. § PLIN. Ordinário, habitual.” (SARAIVA, 1993: 769).

⁶ No contexto dessa pesquisa, a arte ou cultura grega ‘clássica’ se refere à cultura grega anterior ao domínio macedônico e seus cânones (TEIXEIRA, 2012).

os Flávios no livro 3 da sua obra, Plínio aproxima o programa construtivo e iconográfico de Vespasiano ao de Otávio – ambos exaltados pelo autor por suas contribuições nas medições e circunscrições que beneficiaram a cidade de Roma (TEIXEIRA, 2011, 2012).

Assim, utilizando-se de uma retórica espacial, operada através da descrição das obras de estatuária gregas ‘clássicas’ e das construções públicas da cidade, Plínio confere uma ideia de centralidade à Roma em relação ao Império Romano, produzindo uma memória da grandiosidade do poder imperial associada à apropriação de aspectos da cultura grega – isto é, tratava-se da construção de uma identidade do Império. Nesse contexto de um império culturalmente plural, proporcionado por um processo de romanização que se caracteriza por uma relação recíproca de influências culturais⁷, Plínio estabelece uma associação textual explícita ou implícita com suas fontes, construindo uma identidade romana múltipla. Suas narrativas sobre a história contemporânea e da memória histórica foram ideologicamente formuladas, apoiadas numa cultura literária imperial tanto latina quanto grega. Assim, segundo Teixeira, a retórica pliniana na *História Natural* formulou uma identidade como filiação intelectual, a partir de uma relação entre o discurso, as crenças e tradições romanas e a literatura (2012, p. 48).

Uma vez que o *locus* herodotiano é herdado pela tradição latina, não é de se surpreender que as descrições estigmatizadas dessas populações sejam reproduzidas e ressignificadas por outros autores (LIMA NETO, 2019; LIVERANI 2000). Para os fins deste artigo, voltaremos nosso foco para o quinto livro da obra de Plínio, dedicado em parte à descrição do Norte da África, dos grupos autóctones socialmente organizados em suas regiões e suas práticas produtivas. A África de Plínio, o Velho, é lar de paisagens exóticas, fauna e flora igualmente hostis, populações selvagens e cidades a serem civilizadas aos moldes de Roma e da Itália. Uma vez que a sua obra obedece a um programa ideológico imperial de difusão de uma ideia de romanidade e tem como objetivo descrever a totalidade do mundo conhecido pelo Império, Plínio investe em descrições elaboradas ao discorrer acerca dos povos ou espaços alcançados pela influência romana, seja por relações amistosas ou de dominação, como na passagem em que descreve as conquistas de Cornélio Balbo sobre as cidades dos Garamantes:

Além desta cadeia montanhosa é o deserto e a seguir uma vila dos Garamantes chamada Thelgae, e também Bedir (...) e Garama, a célebre capital dos Garamantes: todos esses lugares

⁷ O mundo que os romanos uniram em um único sistema imperial funcionava de forma complexa, sendo consideradas nas iniciativas políticas do Império as distinções e particularidades históricas das regiões conquistadas (FINLEY, 1999).

foram subjugados pelos braços de Roma, sendo conquistados por Cornélio Balbo, a quem foi dado um triunfo – o único estrangeiro honrado desta maneira – e direitos civis, uma vez que, apesar de nativo de Cádiz, ele juntamente a seu tio-avô, Balbo, foi presenteado com nossa cidadania. (*Naturalis Historia*, V, V, 35-37)

No livro V de sua obra, Plínio descreve um total de 58 povos ou ‘tribos’⁸ distribuídos desde a costa Ocidental da África até os limites dos oásis egípcios, da costa Mediterrânica até o *limes*⁹ Meridional da Tripolitânia. Quanto à natureza de suas descrições, o autor adota a mesma estrutura utilizada para com as cidades que não detinham direitos e/ou cidadania latina/romana: seus nomes são apenas mencionados e não há descrição elaborada. No entanto, ao tratar de grupos não submetidos à ordem imperial, Plínio investe em descrições dotadas de juízos de valor, ressaltando o caráter beligerante, selvagem ou incivilizado diante dos valores romanos, a exemplo dos próprios Garamantes, os quais “(...) não praticam o matrimônio, mas vivem com suas mulheres promiscuamente” (*Naturalis Historia*, V, 8, 43-45), ou dos Trogloditas que “(...) esvaziam cavernas, que são suas moradias; (...) vivem na pele de cobras e não possuem voz, apenas fazem barulho de chiados, sendo completamente incapazes de se relacionar através da fala” (*Naturalis Historia*, V, VIII, 43-45). Somado a isso, parte das populações das regiões do deserto, a exemplo dos Garamantes, são descritas ou colocadas na mesma seara de seres fantásticos, como sátiros ou outras criaturas monstruosas (LIMA NETO, 2019; SHAW, 1982).

Nesse sentido, a obra de Plínio, enquanto o projeto político-pedagógico concebido por Teixeira, nos oferece um vislumbre de uma tradição literária latina que, posteriormente, será lida e reinterpretada pela historiografia no século XIX a partir de uma nova ótica colonial. Isto é, aquela do imperialismo europeu, em um movimento histórico no qual os territórios norte-africanos serão, mais uma vez, alvos de uma literatura que, em última instância, priva os seus povos de qualquer agência histórica (FENTRESS, 2006; LEPELLEY, 2016; LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2000, 2004). Uma vez submetidos aos empreendimentos coloniais francês e italiano a partir de 1830, esses territórios se tornaram espaços de busca por vestígios

⁸ Como aponta Kormikiari, A maioria dos pesquisadores ao tratar do Maghreb, que compreende a Argélia, Tunísia e Marrocos atuais, utiliza o termo “tribo” para se referir à divisão estrutural básica da sociedade. Todavia, o termo é problemático não apenas por questões restritas à antiguidade, mas também em razão da carga negativa que possui, dada às concepções evolucionistas do século XIX (2001, p. 13). O termo ainda pode ser encontrado em trabalhos fundamentais do campo, a saber, FENTRESS, Elizabeth. *Romanizing the Berbers. Past & Present*, Oxford, n. 190, 2006, p. 3-33; LEPELLEY, Claude. *Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2016. p. 418-437.

⁹ O *limes* romano na África (*fossatum Africa*) era uma região de contato de diversas culturas; uma linha descontínua de fortalezas e estradas, caracterizando uma rede complexa de controle, administração e taxação das tribos semi nômades que habitavam a região e sazonalmente atravessavam a fronteira em busca de pastos abundantes (LIMA NETO, 2019).

da presença romana por parte dos colonizadores. Com sua formação majoritariamente humanista e versados no latim, os oficiais do exército francês, no contexto de ocupação da Líbia, fizeram inventário das ruínas antigas e inscrições latinas encontradas, as quais situavam em mapas oficiais. Assim, a partir de uma dinâmica de espoliação da cultura material e a construção de narrativas acerca das pretensas origens romanas da mesma, é iniciado um movimento que tem como principal característica o resgate de uma herança romana em detrimento da agência histórica dos autóctones organizados na região – à essa dinâmica, Claude Lepelley dá o nome de *Épica do Retorno* (2016, p. 421) .

Uma África Romanizada: A Historiografia dos Sécs. XIX e XX

Sabemos, como Lepelley bem afirma, que é a partir dos anseios do tempo presente, aos quais estará sempre condicionado, que o historiador lança suas questões ao passado (2016, p. 419). São esses anseios que, em última instância, determinam e orientam sua pesquisa. Assim como Piganiol e Courcelle em última análise, ao se debruçarem sobre a Antiguidade Tardia e as movimentações germânicas, revelam o trauma vivido pela França com a ocupação da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial – experiência germe de um violento e crescente antigermanismo – podemos enxergar manifestações igualmente individuais na historiografia francesa do século XIX, quando autores como Gaston Boissier (1891), René Cagnat (1892) e Paul Gauckler (1897) trouxeram, no processo histórico do colonialismo do século XIX, a noção de uma herança romana, da restauração de uma civilização a muito perdida e de territórios africanos enquanto propriedade daqueles que vinham reclamar suas posses por direito (LEPELLEY, 2016; LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2004).

Essas noções ganharam ainda mais difusão quando da conquista da Líbia pela Itália a partir de 1911, uma vez que a mesma se via (ainda mais do que a França) como herdeira por excelência da Roma Antiga. Essas deformações históricas ganharam espaço em muitos meios, e foram desenvolvidas sem medidas durante o governo de Mussolini, quando esses temas eram exaltados na própria Itália para justificar sua agenda política. Nesse caso, a Arqueologia era instrumentalizada para justificar o empreendimento colonial, sendo a documentação encontrada considerada, enfim, título de propriedade que legitimava a ocupação europeia e a espoliação das populações autóctones (LEPELLEY, 2016; LIMA NETO, 2019). Diferentemente das descrições elaboradas acerca da Gália romana, Espanha e Itália, a historiografia do século XIX – a francesa, em particular – não parecia entender o norte da África enquanto uma região que fora palco de um processo de integração ou romanização das

populações africanas locais. Dessa maneira, esses autores projetavam no passado distante a situação de seu próprio tempo. No caso da Argélia, em particular, a situação contemporânea era projetada sem controle para a antiguidade e com certa lucidez, como na obra de Boissier, *L'Afrique Romaine*, na qual o autor reflete sobre a ocupação francesa no território e os desafios de se manter a autoridade diante dos argelinos, levantando enfim a questão: “era esse o caso no tempo dos Romanos?” (LEPELLEY, 2016).

Desta forma, buscava-se nessa cultura historiográfica – chamada colonizada – relacionar a História romana na África a um passado europeu, reclamando herança sobre territórios anteriormente romanos. Tratava-se de uma percepção tão apoiada na marginalização das tradições púnica e líbia, que levava a considerar que as riquezas das antigas províncias romanas da região eram de produção dos povos itálicos ou norte-africanos aculturados pela romanização, criando dicotomias (civilizado/primitivo, europeu/africano). Mario Liverani aponta que tal movimento caracterizava um condicionamento eurocêntrico que desejava atribuir aos colonizadores conhecimentos de campos que nem mesmo tinham experiência (2000, p. 18), a fim de reforçar a dependência das populações locais. O autor entende essa constante negação da agência histórica e a negligência diante das semelhantes situações e transformações do norte e do sul do Mediterrâneo, como uma busca por encontrar a todo custo uma originalidade negativa no Norte da África (LIVERANI, 2000).

Dessa maneira, o discurso histórico era adaptado à situação contemporânea. O estudo dos historiadores e arqueólogos franceses tinha, por finalidade, mostrar que passada a violência das conquistas no período galo-romano, a autoridade romana permitiu que a região ascendesse a um nível superior de civilização e economia, com uma contribuição dos gauleses à vida do Império. Em contrapartida, na África, a partir dessa perspectiva, os autóctones foram vistos como rebeldes perpétuos ou meros receptores passivos da romanidade estrangeira. Assim, diante da produção historiográfica e arqueológica francesa que legitimava o empreendimento colonial, os anticolonialistas e intelectuais dos movimentos nacionalistas norte-africanos manifestaram uma reação. Após a década de 1960, com o fim definitivo das empresas coloniais nos países da Argélia, Marrocos, Líbia e Tunísia, esses estudiosos trouxeram pesquisas pautadas sobre novos vieses acadêmicos que enfatizavam a ubiquidade dos conflitos locais contra romanos e as revoltas nativas como as de Jugurta e Tacfarinas – exemplos de resistência contínua e organizada –, na tentativa de ler as fontes pela ótica dos autóctones (FENTRESS, 2006; LEPELLEY, 2016). No entanto, o esforço foi feito ao preço de reforçar o mesmo anacronismo de projeção para o mundo antigo da situação atual, apenas invertendo o julgamento de valor. A esses personagens e, de modo geral, às populações do

passado, era atribuída uma consciência nacional africana, berbere, que eles certamente não possuíam (LEPELLEY, 2016; LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2000).

Dessa maneira, contrariamente à visão de civilização trazida pela dominação romana sem precedentes, era agora apresentada aquela de uma dominação estrangeira brutal, baseada na opressão e espoliação da população originária. A nova abordagem não rompeu com as dicotomias estabelecidas anteriormente, pois agora dava ênfase à beligerância nativa, resistente à invasão estrangeira, permanecendo, como a anterior, ancorada nas relações bélicas com os romanos (LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2000). Nesse sentido, os magrebinos muitas vezes tendiam a retornar aos discursos que destituíram os autóctones de seu passado e de sua agência, conferindo aos estrangeiros todo crédito pelos achados. Esses monumentos, obras de arte (mosaicos) e inscrições latinas não eram vestígios de seus ancestrais, apenas de uma colonização passada, tão repudiável quanto a moderna (LEPELLEY, 2016).

A dificuldade do projeto de descolonização da história da África romanizada revela-se, segundo Lepelley, na interpretação dada ao livro de Marcel Bénabou, publicado em 1976, *La Résistance africaine à la romanisation* (2016, p. 429). Nele, Bénabou reunia todos os elementos que atestavam a manutenção, durante o Alto Império, da especificidade africana, tratando desde os atos de insurreição até às particularidades locais que foram mantidas apesar da romanização. Em contrapartida à visão dicotômica e unilateral da romanização, Bénabou compreendia as contribuições das tradições pré-romanas, púnicas e berberes como fundamentais para constituir a fisionomia do continente africano do período. Tais tradições teriam sido mantidas nas regiões que ficaram à parte da romanização ou, nas demais regiões, foram mescladas às contribuições latinas sob a forma de uma cultura mista.

De fato, a obra rompia com os excessos de ambas visões antagônicas provenientes da historiografia francesa do século XIX e da resposta anticolonial do início do século XX. É justamente dela, Elizabeth Fentress argumenta, que tem início o debate acerca da natureza da romanização no Norte da África (2006, p. 3). Em resposta, Yvon Thébert argumentava que ao invés de tomar grupos étnicos ou a geografia como determinantes da divisão entre romanos e não-romanos, deveríamos examinar a formação do Norte da África durante o período romano. Numa perspectiva da estrutura de classes, a romanização para Thébert era matéria de escolha, primeiro apreendida pelas elites e ignorada, ao menos inicialmente, pelas classes subalternas. Essa elaboração, na perspectiva de Bénabou, em tréplica, deixaria de fora do quadro a agência dos romanos, que eles de fato conquistaram o Norte da África, a centuriaram e estabeleceram administração (FENTRESS, 2006).

Nos debates que se seguiram na academia, noções de status e poder entre as elites provinciais como motores da romanização foram muito discutidas, acompanhadas do argumento que seria pouco provável a aceitação da mudança na administração, por parte dos autóctones, apenas para apreender elementos culturais romanos (FENTRESS, 2006). Não obstante, após a ebulição de novos debates no campo da História Antiga, na segunda metade do século XX, as noções de identidade e suas expressões receberam maior foco, possibilitando a discussão da agência fora do círculo estreito de pessoas que poderia ser definido como a elite (DENCH, 2005). Somado a tais novos modelos, a vida privada e a religião promovem campos ricos para esse tipo de análise, bem como a cultura material como um todo (FENTRESS, 2006). É a partir desta última que, contrapondo-a à retórica de Plínio, no livro V de sua *História Natural*, iremos refletir acerca da agência histórica dos autóctones socialmente organizados no Fazzan, sudoeste da Líbia – isto é, os Garamantes –, considerando aspectos como produção, arquitetura e circulação.

Tumbas e Foggaras: Os Garamantes do Fazzan

Em termos das contribuições proporcionadas pela cultura material, as escavações realizadas na região do Fazzan entre 1997 e 2001, conduzidas pelo Fazzan Project (FP) e pelo Project Acacus (PA), coordenadas respectivamente por David Mattingly e pela Italo-Libyan Joint Mission, nos oferecem uma vasta documentação. As escavações foram empreendidas mais especificamente nas regiões de Garama, Wādi al-Ajal (no caso do FP), de Ghāt e Wadi Tanzzuft (no PA), e permitem estabelecer um quadro mais amplo da articulação do reino dos Garamantes durante o período de sua ocupação, levando em consideração como fatores ambientais e históricos interferem nas relações políticas, sistemas econômicos, demarcações territoriais e na locomoção pelo Saara antigo (GATTO, 2010; LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2000, 2004; MATTINGLY, 1995, 2011).

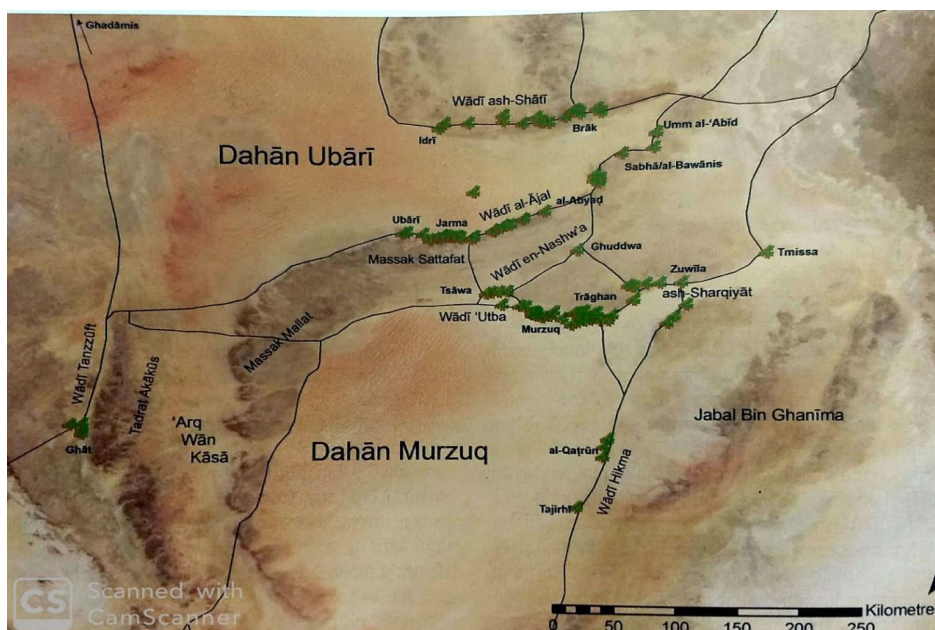
Os Garamantes foram um povo, ou uma confederação de povos, socialmente organizados entre c. 1200 a.C. e 700 d.C nas regiões do Fazzan, sudoeste da Líbia e localizado externo à *oikoumene*¹⁰ romana, fazendo fronteira com o *limes* meridional da Tripolitânia. A região correspondia, grosso modo, a três cadeias de oásis incrustadas em declives montanhosos abastecidos por aquíferos subterrâneos, os de Wadi ash-Shati, Wadi

¹⁰ A *oikoumene* era uma percepção romana de que Roma exercia uma dominação completa sobre o mundo habitado, com o Estado administrando diretamente seus territórios demarcados e aqueles *externae gentes* (LIMA NETO, 2019).

al-Ajal e o Wadi al-Nashwa. O clima da região é desértico, com precipitação de cerca de 12mm anuais e chegando a temperaturas próximas de 50° no verão. Na Antiguidade, essas três cadeias de oásis do Fazzan eram habitadas pelos Garamantes, um povo líbio – denominado assim pelas fontes gregas e latinas antigas – descrito como belicoso e dominante no combate montado (KORMIKIARI, 2001; SHAW, 1982).

A partir das escavações empreendidas pelo Fazzan Project no Wadi al-Ajal e no Wadi al-Nashwa (Figura 1), estima-se que os Garamantes organizaram uma entidade política estável e centralizada, tendo como capital a cidade de Garama, entre os séc. III a.C. e VI d.C, sendo uma sociedade urbana com sistema agrícola e comercial sofisticado. Impactados por crises climáticas datadas do período Pastoral Tardio, os Garamantes passaram por um longo período de adaptação que envolveu mudanças drásticas em seu sistema econômico, suas práticas produtivas e sua organização social e política na região, eventualmente estabelecendo um ‘reino’ Garamante centralizado que estabeleceu e coordenou as rotas comerciais transaarianas de caravanas baseadas no cavalo, inicialmente, e no dromedário posteriormente, dominando uma tecnologia hidráulica sofisticada e aplicando-a à agricultura (LIVERANI, 2000, 2004; SHAW, 1982, 1991).

Figura 1 – Cadeias de oásis no Fazzan



Fonte: Mattingly (2003, p. 4)

Em seus estudos acerca dos Garamantes, Liverani desenvolve uma periodização própria a partir dos resultados arqueológicos de ambos projetos Fazzan e Acacus, definindo o

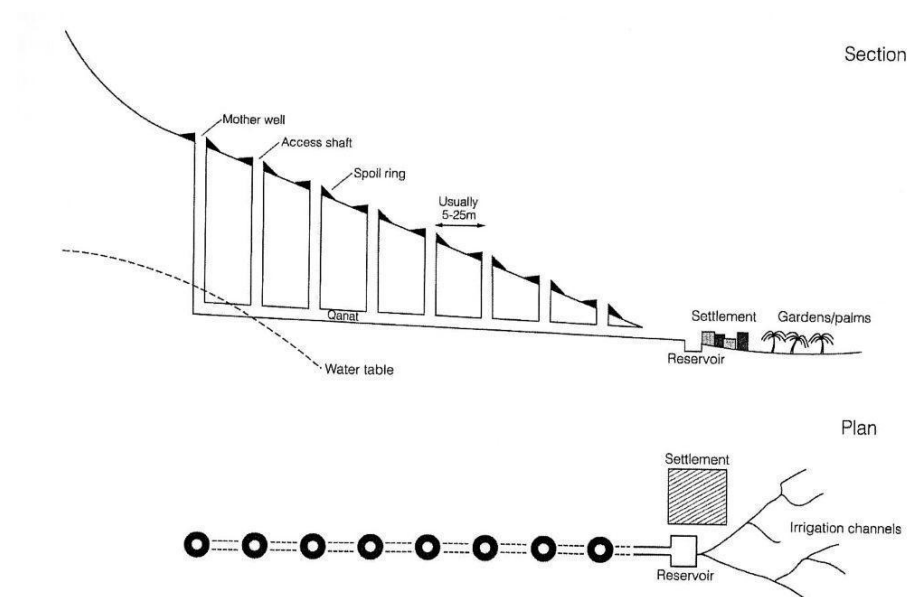
período de ocupação Garamante em fases (2005, pp. 196-199). A primeira delas é intitulada de fase “Garamante Formativa” (c. 850-450 a.C.), conhecida pela descrição da Líbia feita por Heródoto e pela escavação de Zinkekra, a única vila fortificada no topo de uma colina investigada no al-Ajal, cuja cultura material indica um contexto de fragmentação política e de competição entre os grupos da região. Já a segunda fase, chamada de “Garamante Madura”, se inicia por volta de 400 a.C., e é caracterizada no al-Ajal pelo abandono das vilas fortificadas no topo das colinas por assentamentos no fundo do vale, pela unificação do al-Ajal sob a supremacia de Garama e pela intensificação da exploração agrícola graças à introdução do sistema de *foggaras*. No início dessa fase, o dromedário foi introduzido no Fazzan, o que é evidenciado pelo seu uso comum nas margens ao norte do deserto ao fim do período (LIVERANI, 2004).

Garama era provavelmente a capital dos Garamantes, se considerarmos as afirmações de Plínio, o Velho (*História Natural*), sendo essa hipótese sustentada pelos resultados das escavações feitas no sítio urbano (MATTINGLY, 2003, 2011). A cidade possuía um centro monumental com as construções citadinas mais imponentes do Fazzan, apontando para um núcleo administrativo com uma série de prédios e templos públicos, provavelmente com o propósito de auxiliar um governo centralizado politicamente sob a autoridade de um rei. Já o abastecimento urbano, por sua vez, era mantido pelo sistema de irrigação de *foggaras* (Figura 2), que servia tanto às necessidades de consumo da população quanto às demandas da produção agrícola, condicionando assim a ocupação de um território com este clima desértico (FENTRESS, 2006; LIVERANI, 2004).

As *foggaras* eram resultado de uma tecnologia de captação fluvial, típica das regiões áridas no mundo antigo, que consistia na drenagem da água do lençol freático através de um túnel subterrâneo, usando a gravidade proporcionada por um declive no terreno. No Fazzan, as *foggaras* consistem em canais escavados no subsolo e acessíveis através de poços artesianos de até 40 metros de profundidades, feitos a uma distância de 5 a 25 metros entre eles, sendo sua principal função proporcionar uma limpeza periódica do canal principal. Esse sistema conectava-se diretamente aos complexos urbanos no período Garamante, abastecendo os mesmos e seus campos agrícolas, o que garantiu a produção de diversas culturas – como cevada, trigo, tâmara, figueira e sorgo, gêneros resistentes ao sal presente no solo – supostamente destinadas à subsistência da população local e à exportação (FENTRESS, 2006; MATTINGLY, 2003, 2001; SCHÖRLE, 2012). O *Fazzan Project* revelou um total de 617 *foggaras* apenas no Wadi al-Ajal, sendo equivalente a mais de 100 poços escavados e cerca de mil quilômetros de extensão abastecidos pelo sistema de irrigação. As *foggaras* teriam suas

primeiras evidências na Pérsia no início do I milênio a.C., difundindo-se a partir do Egito no séc. V a.C. para as demais regiões de clima desértico do Norte da África, como Fazzan, Marrocos e Numídia. Até mesmo o eventual abandono do sistema, com o recurso de poços para irrigação e de características sociopolíticas e arquitetônicas menos onerosas, aponta para um colapso do estado central. Nesse sentido, o sistema de *foggaras* anda lado a lado com as maiores características no panorama arqueológico do Fazzân — sepulcros monumentais e a alvenaria de silhar na cidade capital (LIMA NETO, 2019; LIVERANI, 2004).

Figura 2 – Sistema de *foggara* no Fazzan



Fonte: Mattingly (2003, p. 235)

A fase seguinte, chamada “Garamante Clássica”, é compreendida entre c. 1-350 d.C – isto é, contemporânea à Plínio e sua obra –, e é caracterizada pelo processo de unificação encabeçado pelos reis de Garama, colocando sob autoridade de um estado centralizado as áreas do Wadi Tanzzuft, Wadi ash-Shati, Wadi Barjuj e Muzurq, sendo o ponto central o Wadi al-Ajal. No Tanzzuft, a cidadela de Aghram Nadharif, localizada ao sudoeste, demonstra a influência de um estado centralizado, tendo controle sobre fronteiras territoriais e sobre as rotas de caravanas. No al-Ajal, os prédios públicos, a alvenaria de silhar e as tumbas reais apontam para uma provável elite existente e as primeiras relações amistosas com os romanos em 70 d.C. Além disso, a escrita (inscrições em Líbico), a metalurgia, o comércio trans-saariano intenso (certamente baseado no dromedário, nesta fase), e as importações luxuosas (incluindo peças romanas da Tripolitânia), completam o quadro do “Clássico” reino

Garamante (GATTO, 2010; LIVERANI, 2004). Tais evidências nos permitem questionar a ausência desses elementos geográficos, arquitetônicos e políticos na obra de Plínio, o Velho, uma vez que são contemporâneos à sua produção, e a limitação de suas descrições às relações bélicas com os Garamantes e suas práticas condenadas sob os critérios da romanidade que buscava idealizar.

A última dessas etapas seria a fase “Garamante Tardia” (c. 350-700 d.C.), na qual ocorre o colapso do estado centralizado, o reavivamento de relações hostis com a costa Mediterrânea e o retorno a um sistema político mais local e fragmentado. No al-Ajal, esses eventos são evidenciados pela ausência de alvenaria de silhar e de sepultamentos reais, a substituição do uso das *foggaras* pelos poços de irrigação e pelas novas construções de fortes localizados no próprio vale e sua persistência. O Tanzzuft nesse período apresenta um abandono da cidadela de Aghram Nadharif e das fortificações do deserto (*qsurs*), apontando para um colapso político e demográfico generalizado, com possível retorno ao pastoreio e à afiliação tribal (LIVERANI, 2004).

Graças às abordagens históricas de longa duração, podemos afirmar que, assim como em outras regiões, o norte da África antiga contava com localidades individuais conectadas em uma larga escala, na maioria dos casos havendo intermediação de pontos de comércio nodais proeminentes. No Saara, essas redes e pontos são marcados por sua fragilidade e artificialidade, isso porque apesar de abundante no subterrâneo a água raramente aparece naturalmente na superfície e, quando o faz, é na maioria das vezes salgada, como no caso dos lagos do Grande Mar de Areia da Líbia (SCHÖRLE, 2012). Três dos maiores sistemas de aquíferos do mundo estão localizados abaixo da superfície do Saara. Sozinho, o aquífero noroeste do Saara cobre um milhão de quilômetros quadrados e é estimado que sua reserva comporta três bilhões de metros cúbicos de água fresca. Os oásis aqui se apoiavam no sistema de irrigação de *foggaras* para fornecer água fresca à superfície e, consequentemente, temos como resultado o planejamento humano cuidadoso, bem como aptidão ao ambiente, por parte dos Garamantes (LIVERANI, 2000, 2004; SCHÖRLE, 2012).

Além disso, a maioria do tráfego comercial Garamante através do Norte da África em direção ao Mediterrâneo e Roma era canalizado para a costa ocidental da Líbia e a ponta meridional da Tunísia, para cidades como Gigthis, Sabratha, Oea (atual Tripoli) e Lepcis Magna. A cidade de Djerba, que no século I d.C. contava com uma ponte que a conectava ao continente, se tornou outro terminal estratégico para as rotas terrestres de longa distância. O que confirma o destaque comercial dessas rotas, segundo Schörle, é a presença de ânforas Norte Africanas em sítios fúnebres no Fazzan, sendo a maioria delas da Tripolitânia e

algumas mais incomuns, como no caso de uma ânfora tardo romana (*Roman Keay* 62), particularmente grande (2012, p. 61). O fato desta última ser encontrada em sepultamentos e assentamentos no Fazzan sugere, segundo a autora, que o comércio de longa distância com o Norte da África Romana continuou a florescer nos séculos quinto e sexto, apesar do período de contração meio-romano, isto é, séculos II-IV d.C. (SCHÖRLE, 2012, p. 61).

Assim, devemos pensar as dinâmicas comerciais no Saara como multidirecionais dentro das capacidades das redes regionais. Enquanto alguns artigos podem ter viajado através do Saara de um lado, a maioria provavelmente permaneceu no Fazzan graças aos domínios locais das seções do sistema comercial e, apesar da bem atestada intensidade do comércio entre os Garamantes e os Romanos via Norte da África – graças à abundância de artigos romanos nos assentamentos e túmulos –, há pouca evidência material disponível para sustentar a teoria de um contato destes últimos com regiões subsaarianas, muito menos sua influência na produção material local (GATTO, 2010; SCHÖRLE, 2012).

Segundo Liverani, na perspectiva Mediterrânica, o Fazzan era a extrema periferia, enquanto na Saariana, tratava-se do verdadeiro centro do sistema comercial regional (2000, p. 20). Era, acima de tudo, central na rede das rotas de caravana e área de intermediação que conecta o mar Mediterrâneo e o cinturão Sudanês. Assim, as relações com a costa Mediterrânica deveriam, de acordo com Liverani, ser concebidas de outra maneira: a costa Mediterrânica – com seus portos e colônias – se configura como uma linha de *interface* entre dois sistemas diferentes: o Mediterrânico e o Saariano; isso significa dizer que, ao longo da linha de contato, ocorre uma mudança nos códigos de comunicação, nos códigos ideológicos e tecnológicos (2000, p. 20).

Trata-se, assim, de uma transferência complexa que envolve aspectos políticos e culturais, e o controle dessa linha de interface implica garantir maior capacidade de crescimento para ambos os sistemas, que disputam por ele – o sistema Mediterrânico através das suas colônias, e o Saariano através das incursões tribais. Outra interface é formada pelos reinos do Sudão central e oriental, no limite sul da região do Saara, entre os sistemas Saariano e Africano – a saber, a África Subsaariana. Não obstante, o sistema como um todo não teria funcionado se houvesse apenas uma relação unilateral entre o Fazzan e a costa Mediterrânica, sendo necessárias ambas as interfaces igualmente relacionadas ao centro do sistema, garantindo aos Garamantes um controle sobre os elementos estruturais do comércio e da agricultura que, por um longo período, permaneceu esquecido na historiografia (LIVERANI, 2000).

Considerações Finais

Compreende-se que, na Antiguidade, os contextos sócio específicos de produção nas literaturas grega e latina incentivaram a produção de narrativas que produziram e reproduziram, a partir de tradições e paradigmas literários, descrições reificadas e estigmatizadas das populações do interior do norte da África, cristalizando identidades através do discurso. Essa tradição foi lida e interpretada, no contexto imperial europeu do século XIX, a partir de uma ótica colonialista firmada em ideologias de dominação que reclamavam uma assim chamada herança romana dos territórios do norte da África, resultando em correntes historiográficas que, mesmo obedecendo a agendas políticas diferentes, reafirmaram pares dicotômicos apoiados em um condicionamento eurocêntrico da produção material local. Ainda assim, a partir da segunda metade do século XX, novas fontes proporcionaram ao campo os instrumentos para compreender os processos produtivos e relações de dominação neste recorte espacial e geográfico de longa duração a partir da ótica dos autóctones, promovendo debates como o da natureza da romanização, a formação de identidades e o eurocentrismo.

Assim, diante das contribuições dos estudos identitários sobre as sociedades antigas e das pesquisas arqueológicas realizadas na África Subsaariana, fica evidente a existência de uma cultura material que revela a existência de sociedades complexas, em especial os Garamantes, que coexistiram e se relacionaram com os romanos na conjuntura política do Império à época de produções literárias como a *História Natural* de Plínio, o Velho (séc. I d.C.). Seus resultados apontam para uma sociedade Garamante que, após meio século de adaptação dos modos de exploração diante de crises climáticas, foi capaz de estabelecer um estado centralizado que dominou elementos estruturais para o controle de recursos e do comércio transaariano de longas distâncias, de modo que conferia à região do Fazzan uma centralidade na passagem das mercadorias entre as diferentes redes comerciais, tanto Saarianas quanto Mediterrânicas.

Fontes:

HERODOTUS. *The Persian Wars*, Vol. 4. Trad. Alfred Denis Godley. Loeb Classical Library 120. Cambridge: Harvard University Press, 1925.

PLINY. *Natural History*, Vol. 1. Trad. Harris Rackham. Loeb Classical Library 352. Cambridge: Harvard University Press, 1938.

PLINY. *Natural History*, Vol. 2. Trad. Harris Rackham. Loeb Classical Library 352. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

PLINY THE YOUNGER. *Letters*, Vol. 1. Trad. Betty Radice. Loeb Classical Library 55. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

Referências Bibliográficas:

DENCH, Emma. *Romulus' asylum: Roman identities from the age of Alexander to the age of Hadrian*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FENTRESS, Elizabeth. Romanizing the Berbers. *Past & Present*, Oxford, n. 190, 2006, p. 3-33. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/pub/8/article/194815>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FINLEY, Moses Israel. *The ancient economy*. 2. ed. Berkley: University of California Press, 1999 [1973].

GATTO, Maria Carmella. The Garamantes of the Fazzan: Imported pottery and local productions. *Bollettino di Archeologia on line*, Roma, v. especial, 2010, p. 30-38.

GUARINELLO, Norberto Luiz. A economia antiga e a arqueologia rural: Algumas reflexões. *Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. l.], v. 7, 1995, p. 271–283. Disponível em: <<https://revista.classica.org.br/classica/article/view/677>>. Acesso em: 20 ago. 2022. DOI: 10.24277/classica.v7i0.677.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia - História e Sociedade*, [S. l.], v. 3, n. 1, 2010, p. 41-61. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Grupos Indígenas Berberes na Antiguidade: a documentação textual e epigráfica. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, 2001, p. 9-60. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i145p9-60>. Acesso em: 2 ago. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18918>.

LEPELLEY, Claude. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2016. p. 418–437. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/907>>. Acesso em: 2 ago. 2021. DOI: 10.31669/herodoto.v1i1.46.

LIMA NETO, Belchior Monteiro. História e Arqueologia no norte da África: a emergência dos Garamantes no Fazzan (séc. III a.C. - VI d.C.). *Dimensões*, Vitória, n. 43, 2019, p. 84-108. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/27240>. Acesso em: 17 out. 2021.

LIVERANI, Mario. Rediscovering the Garamantes: archaeology and history. *Libyan Studies*, Cambridge, v. 35, 2004, p. 191-200. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/libyan-studies/article/abs/rediscovering-the-garamantes-archaeology-and-history/5463178470057EB1180A438BAB81A5A4>>. Acesso em: 2 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0263718900003800>.

LIVERANI, Mario. The Garamantes: a fresh approach. *Libyan Studies*, Cambridge, v. 31, 2000, p. 17-28. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/libyan-studies/article/abs/garamantes-a-fresh-approach/B62D6F32F403966F04D7D86C87BDE3DC>>. Acesso em: 2 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0263718900005306>.

MATTINGLY, David John. Roman Africa: an archaeological review. *The Journal of Roman Studies*, v. 85, 1995, p. 165-123. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/301062>>. Acesso em: 2 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.2307/301062>.

MATTINGLY, David. *The Archaeology of Fazzan: volume 1, Synthesis*. 1. ed. London: Society for Libyan Studies, 2003.

MATTINGLY, David John. The Garamantes of Fazzan. In: DOWLER, Amelia.; GALVIN, Elizabeth. *Money, trade and trade routes in pre-islamic north Africa*. London: The British Museum Press, 2011, p. 49-60.

MORRIS, Ian. *Foreword*. In: FINLEY, M. I. *The Ancient Economy*. 2. ed. Berkley: University of California Press, 1999 [1973], p. ix-xxxvi.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Novíssimo dicionário Latino-português: Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* R.J.: Livraria Garnier, 1993.

SHAW, Brent Donald. Eaters of flesh, drinkers of blood: the ancient mediterranean ideology of the pastoral nomad. *Ancient Society*, Lovaina, v. 13/14, 1982, p. 5-31. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44080143>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SHAW, Brent Donald. The structure of local society in early Maghreb: the Elders. *The Maghreb Review*, v. 16, n. 1-2, 1991, p. 18-55. Disponível em: <<https://www.maghrebreview.com/en/home.html>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SCHÖRLE, Katia. Chapter 3: Saharan trade in classical antiquity. In: McDOUGALL & SCHEELE (orgs.) *Navigating the Sahara: frontiers of mobility in northwest Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2012, p. 58-72.

TEIXEIRA, Ivana Lopes. Plínio, O Antigo, e a Descrição de Roma como Capital do Mundo (Mediterrâneo?). *Mare Nostrum*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2011, p. 1-19. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/105770>>. Acesso em: 2 ago. 2021. DOI: 10.11606/issn.2177-4218.v2i2p1-19.

TEIXEIRA, Ivana Lopes. *Romanidade em Plínio, o Antigo, e a Naturalis História como um 'projeto' político-pedagógico*. 2012. Tese de doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 [1979].

INÍCIO / Especificações técnicas

Especificações técnicas

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

Tipos de Documentos Aceitos

A *Revista de História* (RH) publica artigos, resenhas e edições críticas de fontes. Os textos devem ser originais, inéditos e escritos em português, inglês, espanhol ou francês. Não se aceitam trabalhos encaminhados simultaneamente a outros periódicos do país ou do exterior. As resenhas podem ser de livros publicados no Brasil nos dois anos anteriores, contados a partir da data de apresentação da resenha, ou, se publicados no exterior, nos quatro anos anteriores, contados da mesma forma.

Cada autor só poderá ter um artigo ou resenha em processo de seleção, isto é, entre o início da submissão e a publicação final. Será, ainda, resguardado um intervalo de dois anos para que o mesmo autor possa publicar outro texto na *RH*. Caso o texto seja retirado após o início do processo de avaliação, o autor também deverá aguardar dois anos até apresentar novas propostas de contribuição.

Atentar ao caráter dos textos submetidos: contribuição original e inédito (não ter sido publicado antes em outras instâncias (exceto plataformas preprint)).

Ao final do artigo publicado constarão os nomes dos Editores-Chefe e vice-chefe como responsáveis pela avaliação.

Os conteúdos expressos nos textos publicados pela *Revista de História* são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores.

Titulação mínima exigida dos autores (e coautores) para submissão de Artigos: **Doutorado em Andamento**.

Os autores deverão enviar a declaração de [Conformidade com a Ciência aberta](#)

Contribuição dos Autores

Em caso de textos de autoria múltipla, deve ser descrita em nota de rodapé a participação específica de cada um dos signatários no trabalho publicado, de acordo com o padrão [Contributor Roles Taxonomy](#) (CRediT).

Cada autor só pode apresentar um artigo para publicação e aguardar um período de no mínimo 2 anos para submeter novo texto para publicação. A titulação mínima de cada autor que participar do artigo deve ser de Doutorado em andamento.

As opiniões e os conteúdos expressos nos textos publicados pela *Revista de História* são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Preparação do Manuscrito

Para garantir a avaliação em modalidade duplo-cego, **não podem constar** informações de autoria tanto no arquivo word, quanto nas propriedades do documento word.

Formato de Envio dos textos (Artigos/Resenhas)

No **Artigo** (documento word, formato .doc anexado):

Página inicial:

Título do artigo (em Português e Inglês)

Resumo de até 10 linhas (em Português e Inglês)

5 palavras-chave (em Português e Inglês)

Listas separadas ao final: fontes e bibliografia

Tamanho: de 30.000 a 80.000 caracteres com espaço

Na **Resenha** (documento word, formato .doc anexado):

Página inicial:

Título da resenha (Português)

Citação completa da obra resenhada, observar:

livros publicados no Brasil: nos dois (2) anos anteriores

livros publicados no Exterior: nos quatro (4) anos anteriores

Tamanho: de 5.000 a 25.000 caracteres com espaços

Quando da submissão, preencher no sistema:

Nome dos autores

afiliação completa

[ORCID](#) dos autores

E-mail do autor de contato

Resumo da biografia

Informar sobre financiamento dos artigos

E demais informações solicitadas no sistema

Dossiês

Além das seções de artigos, resenhas e entrevistas, a *Revista de História* também publica dossiês. Os dossiês não têm periodicidade fixa e as propostas podem ser apresentadas em fluxo contínuo.

Cada dossiê deve ter de dois a três organizadores com título mínimo de doutor.

A Comissão Editorial avaliará a pertinência da publicação.

As propostas devem ser enviadas pelo e-mail revistahistoria@usp.br por meio de um texto de até duas laudas, que apresente o título, a temática e sua relevância historiográfica. Os responsáveis pela Revista e os organizadores do dossiê se incumbirão da divulgação da chamada das propostas aceitas, com cronograma de recebimento das colaborações.

Todas as colaborações devem ser submetidas via plataforma e os procedimentos de análise e avaliação seguem o fluxo normal das demais seções.

Além de um mínimo de 4 artigos, os dossiês devem conter uma apresentação assinada pelos organizadores.

Referências Bibliográficas e Fontes (listas distintas, no final do artigo)

Obrigatória, para fins de indexação XML.

Inserir os **nomes e sobrenomes completos dos autores**, sem abreviação

Não utilizar o recurso _____. (sempre repetir os nomes e sobrenomes dos autores em caso de obras distintas dos mesmos)

Incluir sempre o código DOI nas referências dos artigos que o possuírem;

A bibliografia final deve seguir as normas da ABNT-NBR 6023, exemplificadas a seguir (Obs.: o nome do autor nunca deve ser abreviado):

Para livros, dissertações, teses, artigos e similares

SOBRENOME, Nome. *Título da obra ou livro em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição.

Cidade: Editora, ano, [ano da 1ª edição], p.

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome (ed.; org.; coord.; etc.); ou Idem. *Título em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, [ano da 1ª edição], p.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Cidade: Editora, vol., fasc., ano, p. Disponível em: <<http://www...>>. Acesso em: dd/mm/aaaa. Doi: <http://...>

SOBRENOME, Nome. Título do artigo ou matéria. *Jornal em itálico*, Cidade, dd/mm/aaaa, caderno, p.

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número, ano, local. Resumos, Anais, Atas, *Proceedings em itálico*. Cidade: editora, ano, p.

SOBRENOME, Nome. *Título da tese/dissertação em itálico*. Tese de doutorado/dissertação de mestrado, área, departamento/instituto, universidade, ano.

NOME DO EVENTO, número, ano, local. Observação: o nome do autor nunca deve ser abreviado.

Para fontes manuscritas e documentos impressos

Autor. Tipo de Documento. Data. Informações descritivas seguidas de vírgula. Informações de localização seguidas de vírgula.

Para materiais iconográficos

Autor. *Título em itálico*. Data. Suporte (pintura, gravura, fotografia, etc), demais informações seguidas por vírgula.

Para materiais cartográficos

Autor. *Título em itálico*. Local: editora, ano. Designação específica (1 atlas, mapa, fotografia aérea). Escala. Demais informações seguidas de vírgula.

Para materiais sonoros

Compositor ou intérprete. *Título em itálico*. Local: gravadora (ou equivalente), data. Suporte, demais informações seguidas por vírgula.

Para partituras

Autor. *Título em itálico*. Local: editora, data. Designação específica (1, 2, 3 partitura). Instrumento a que se destina. Demais informações seguidas de vírgula.

Para documentos tridimensionais

Autor. *Título em itálico*. Data. Especificação do objeto (escultura, fósseis, objetos etc.): características do objeto (material, dimensões, descrição etc.). Local onde se encontra (Museu, Arquivo, Coleção particular etc.)

Para patentes

Entidade e/ou autor responsável. *Título em itálico*. Número da patente, data (do período de registro).

Para materiais constantes na Internet

Utilizar as mesmas normas acima para cada tipo de material, acrescentando, ao final da referência, as seguintes expressões e dados: Disponível em<http://> e Acesso em dd/mm/aaaa.

Em caso de artigos que possuam DOI, informar, de acordo com o exemplo abaixo:

FREITAS, Gustavo de. A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720). In: *Revista de História*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 307-328, junho 1951. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35002>>. Acesso em: 27 abr. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v2i6p307-328>.

Ativos Digitais

Tabelas e imagens devem ser inseridas no corpo do texto

Acima das imagens inserir o nome da mesma e abaixo as informações detalhadas.

As imagens devem ser anexadas no sistema, com resolução de 300 dpi, formatos JPG ou TIFF

Citações e Referências (ABNT-NBR 6023)

até 3 linhas: entre aspas, no corpo do texto

maiores de 3 linhas: destacadas em Times New Roman, tamanho 11, espaçamento 1.0, sem aspas, recuo à esquerda (1,25cm);

intervenções: colocadas em colchetes, ex.: [Intervenção]

omissões: marcadas por reticências, entre parênteses, ex.: (...)

referências: logo após a citação, no texto ou em rodapé.

Por exemplo: (BLOCH, 1993 [1924], p. 278)

Obs.: sempre incluir o ano da 1ª edição

grifo do autor: indicado em itálico

ATENÇÃO AO FORMATO DAS REFERÊNCIAS:**INCORRETO:**

[...]i

i BLOCH, Marc. Os reis Taumaturgos. Estudo sobre o caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 278

CORRETO:

[...] BLOCH, 1993 [1924], p. 278.

Obs.: sempre incluir o ano da 1ª edição

Documentos Suplementares

Quando da submissão, sempre anexar [Formulário de Conformidade com a Ciência Aberta](#)

Declaração de Financiamento

Se a pesquisa que originou o artigo houver recebido qualquer apoio financeiro, isso deve ser informado. A fonte de apoio deve ser nomeada, e é necessário indicar o número do contrato ou do processo administrativo junto à agência de fomento.

ENVIAR SUBMISSÃO

IDIOMA

English

Español

Français

Português

PALAVRAS-CHAVE